

3

Fundamentos teóricos

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e, perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(Foucault, 1984, p. 13)

A presente pesquisa volta-se para a investigação das narrativas das agentes de saúde do Instituto Vila Rosário e dos moradores assistidos pelo Instituto, no sentido de criar inteligibilidade sobre o papel dessas narrativas e sobre as construções identitárias emergentes durante as interações em que surgem as narrativas.

O aporte teórico insere-se em uma perspectiva sociointeracional do discurso em interface com abordagens da Análise da Narrativa. Neste sentido, diferentes perspectivas teóricas serão usadas sob orientação interdisciplinar, de forma a contribuir para reflexões mais abrangentes sobre os resultados das análises.

Este capítulo foi dividido em quatro seções principais: a primeira seção apresentará teorias que tratam especialmente das razões pelas quais as pessoas contam narrativas; a segunda seção abrangerá como as pessoas organizam as narrativas que contam; a terceira seção se ocupará dos pressupostos da Socio Interacional norteadores desta pesquisa; e a última seção tratará das construções identitárias nas narrativas e de processos que contribuem para a construção das identidades.

3.1.

A virada narrativa: a importância das narrativas nas ciências humanas e sociais

As narrativas estão presentes em todos os momentos da vida e em todas as culturas e sociedades, desde a conversa cotidiana aos cânones da literatura de todos os povos. Goffman (1974) comenta que as pessoas passam boa parte de suas

vidas narrando acontecimentos, opiniões e experiências, e, segundo Barthes ([1966] 1975):

[...] de fato a narrativa começa com a própria história da humanidade; não existe, nunca houve em lugar algum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos, possuem suas histórias, e muito frequentemente estas histórias são apreciadas por pessoas com experiências diferentes e mesmo culturas opostas: a narrativa permanece indiferente à boa ou má literatura. Como a própria vida, ela está lá, internacional, transhistórica, transcultural¹ (p. 237).

O interesse pelas narrativas, especialmente no campo da literatura, remonta a análises dos formalistas russos, notoriamente, os estudos sobre contos folclóricos de Vladimir Propp (*Morphology of the Folktale*, 1927) e os estudos pós-formalistas de Mikhail Bakhtin. Segundo Polkinghorne (1987), além dos formalistas russos, os estudos contemporâneos sobre narrativa literária originam-se também nas tradições da Nova Crítica americana, do estruturalismo francês e da hermenêutica alemã.

As narrativas passam então a influenciar também as ciências humanas e sociais além dos estudos literários. Labov e Walestky (1967) apresentaram um modelo de análise narrativa de histórias orais, sugerindo que a socio deveria se preocupar com a análise de narrativas simples, que poderiam ajudar a compreender a estrutura e função das narrativas complexas. A partir dos anos 70, esse interesse transforma-se em uma tendência que abarca estudos de diferentes áreas, e, como exemplifica Czarniawska (2004), encontram-se estudos sobre análise de narrativas nas ciências políticas, com Walter R. Fisher (1984); na psicologia social, com Jerome Bruner (1986) e Donald E. Polkinghorne (1987); na sociologia, com Laurel Richardson (1995); entre outros.

Bruner (1986) faz referência ao que denomina ‘modos narrativos de conhecimento’, argumentando que as narrativas enfatizam a intenção e a ação humanas e é por meio das narrativas que os indivíduos podem se conhecer e conhecer os outros. De acordo com o autor, a narrativa passa a ter um papel fundamental para a organização da experiência humana, e através de sua análise

¹ (Todas as traduções apresentadas nesta pesquisa são próprias) “[...] indeed narrative starts with the very history of mankind; there is not, there has never been anywhere, any people without narrative; all classes, all human groups, have their stories, and very often those stories are enjoyed by men of different and even opposite cultural backgrounds: narrative remains largely unconcerned with good or bad literature. Like life itself, it is there, international, transhistorical, transcultural”.

torna-se possível também estudar a vida em sociedade. Esta percepção da importância das narrativas para estudos de diferentes áreas é constatada por Bruner (1986), que destaca o interesse especialmente a partir de uma postura mais qualitativa nas pesquisas humanas e sociais, em detrimento dos estudos quantitativos.

A partir dos anos 80, a narrativa passa a ser observada como uma estrutura, social, cultural e filosófica que ajuda a compreender o homem e sua existência (Brockmeier e Harré 2001, 2003; Bruner, 1986, 1997). A ‘virada narrativa’ ocorre, desta forma, com esta mudança de paradigma nas ciências humanas e sociais, voltando-se para perspectivas mais qualitativas e interpretativas de metodologias de pesquisa em oposição aos modelos tradicionais embasados nas ciências exatas, que objetivam a formalização, experimentação e quantificação de dados.

Os estudos recentes sobre narrativa apresentam um enfoque maior na ação de contar histórias na vida cotidiana, refletindo sobre por que as pessoas as contam, qual o significado de contá-las, o que fazem ao narrar e por que gostam de contar e ouvi-las (Bastos, 2005). Sarangi (2008) salienta também uma ruptura nos estudos sobre análise de narrativa. Esta ruptura compreende uma mudança da narrativa como texto, como era observada antes, para narrativa como prática, o que, segundo o autor, permite uma compreensão mais ampla da narrativa, além dos relatos sobre eventos passados.

Embora os estudos sobre narrativa correspondam a diferentes abordagens e perspectivas, a Análise da Narrativa, especialmente em posturas que compreendem a narrativa como prática, tem se firmado como área específica que permite estudos de interface em diversas áreas do conhecimento.

3.1.1.

Por que narrativizamos as experiências afinal?: algumas considerações

Como apontado na abertura dessa seção, as narrativas fazem parte da vida cotidiana e se constituem como uma das atividades centrais da vida humana. A chamada ‘virada narrativa’ permitiu uma ampliação dos estudos sobre narrativas em diferentes áreas do conhecimento e muitos desses estudos procuram refletir sobre o porquê de as pessoas narrativizarem a vida.

Narrativas são contadas em todos os contextos da vida social e em variadas situações, e, segundo Sacks (2007), organizamos nossas experiências e conhecimentos do mundo ao contar histórias, isto é, ao narrarmos. O autor aponta que as pessoas ocupam-se em ser comum. Deste modo, as narrativas têm a função de normalizar as experiências vividas ou os fatos observados. Sendo assim, as pessoas armazenam as experiências para que possuam algo para contar quando em situações oportunas.

Labov (1972) assume a perspectiva de que, para que uma narrativa seja digna de ser contada, é necessário que ela possua a condição de reportabilidade, isto é, segundo o autor, a narrativa precisa ser uma “violação de uma regra ou comportamento esperado” (p. 370). Nesse sentido, um acontecimento banal, ou um fato altamente previsível não se torna reportável, por exemplo, uma narrativa sobre a ida à escola onde nada acontece não é relevante para ser contada. Entretanto, se, durante a ida à escola, a pessoa presenciar um acidente, esta narrativa passa a ser digna de ser contada, isto é, passa a ser reportável.

Analogamente Bruner (1997) postula que as narrativas são construídas somente quando as crenças que formam a psicologia popular são violadas. Para o psicólogo, as pessoas acreditam que o mundo é organizado de uma maneira determinada subjetivamente e as narrativas são formas de reorganizar aquilo que é extraordinário na vida cotidiana. Ainda, segundo o autor, a força dramática de uma narrativa relaciona-se com a moral e, portanto, narrar é, também, assumir uma posição moral.

Algumas narrativas possuem reportabilidade estendida (Linde, 1993), isto é, podem ser recontadas em diferentes ocasiões, pois seus efeitos são sentidos a longo prazo. Elas são geralmente narrativas sobre eventos marcantes da vida de uma pessoa, por exemplo, narrativas sobre casamento, escolha de profissão, conversão religiosa etc.

Brockmeier & Harré (2003) concebem as narrativas como modelos flexíveis que permitem relacionar o desconhecido ao conhecido. Elas são utilizadas para explicar ou interpretar o conhecimento generalizado do mundo e funcionam como modelos do mundo e modelos do *self*, isto é, são analogias que fazem “referências a um conjunto de ‘regras’ (ou esquemas, estruturas, *scripts*, moldes, similares, metáforas, alegorias etc.), que, de uma forma ou outra, envolvem um conhecimento generalizado” (p. 533). De acordo com os autores, as narrativas

possibilitam a construção de nós mesmos como parte do mundo, onde o contexto cultural representa papel fundamental, pois é ele que torna as analogias, isto é, os modelos criados, inteligíveis e aceitáveis. Assim, as narrativas são formas que medeiam, de modo altamente flexível e mutável, o indivíduo com suas construções específicas (seus modelos/analogias) e o contexto cultural.

Saindo do âmbito cotidiano das narrativas e considerando as narrativas em contexto institucionais, Linde (2001, 2009) salienta o papel central das narrativas em expressar o conhecimento social que se refere à história (ao passado), aos valores e à identidade, já que, segundo a autora, a narrativa consiste de eventos (o que aconteceu) e avaliações (qual o significado moral do que aconteceu). Para Linde (2001), as narrativas unem o conhecimento tácito ao conhecimento explícito em ambientes institucionais. Portanto, é através de narrativas que são contadas que conhecimentos sobre a identidade da instituição ou que tipos de comportamento são esperados, requeridos ou condenados na empresa, por exemplo, são transmitidos aos novos membros de forma mais satisfatória.

Outras abordagens sugerem que as pessoas contam histórias por que querem justificar ações, destacar ou resolver tensões (Schiffrin, 1996) e mesmo apenas entreter (Holmes e Marra, 2005).

Embora sejam muitos os porquês pelos quais as pessoas contam histórias, a perspectiva assumida para as discussões presentes neste estudo procura sintetizar as conceituações apresentadas, compreendendo as narrativas como formas organizadoras da experiência humana, que possibilitam criar sentido(s) sobre o que somos e sobre nossas experiências no mundo.

3.1.2.

Histórias de vida: as histórias que sempre contamos

As narrativas representam uma parte fundamental da vida humana, pois a todo o momento pessoas estão narrando sobre si, sobre outras pessoas, sobre eventos etc. As histórias que são contadas podem ser divididas em narrativas de experiência vicária (geralmente sobre acontecimentos vividos ou testemunhados por outras pessoas) e narrativas de experiência pessoal (as histórias de vida, acontecimentos vividos ou testemunhados pelo narrador) (Labov, 1972; Linde, 1993; Riessman, 1993).

Linde (1993) propõe as histórias de vida² como uma unidade oral de interação social e apresenta uma proposta teórica ao analisá-las. As histórias de vida, segundo Linde (1993), são histórias sobre experiências pessoais e expressam o sentido que damos ao *self*, pois quando as pessoas falam sobre essas experiências, elas estão contando como se tornaram o que são e informam ao outro o que precisam saber para conhecê-las. As histórias de vida contam sobre os eventos marcantes da vida de uma pessoa (casamento, nascimento de filhos, doenças graves, conversões religiosas, escolha profissional etc) e possuem a noção de reportabilidade estendida, pois seus efeitos são sentidos a longo prazo, por isso podem ser contáveis por mais tempo que outras. Outras características das histórias de vida é que elas possuem um ponto sobre o falante, isto é, elas contam sempre algo sobre o tipo de pessoa que o narrador é e não focam, portanto, opiniões gerais sobre como o mundo é. Quando as pessoas contam essas histórias, elas procuram explicações e razões para coisas que aconteceram e tentam harmonizá-las com suas identidades atuais.

De acordo com a autora, as histórias de vida podem ser divididas em unidades discursivas, das quais, três unidades principais foram analisadas e discutidas em *Life Stories: the creation of coherence* (Linde, 1993): as narrativas, as crônicas e as explicações.

As narrativas são, segundo a autora, “talvez a mais básica de todas as unidades discursivas” (Linde, 1993, p. 67) e apresentam sua estruturação inspirada no modelo laboviano (que será detalhado na próxima subseção, item 3.2.1.). Assim, as narrativas, segundo a autora, possuem um resumo opcional, orientação, ação complicadora, coda, resolução e avaliação.

As crônicas diferem das narrativas por não possuírem resumo, orientação, coda ou resolução. Para a autora, a estrutura das crônicas consiste na narração de eventos em sequência e não possuem um ponto avaliativo que possa unificar toda a sequência, contendo apenas avaliações de eventos isolados.

Na proposta de Linde (1993, p. 90), as explicações, como uma unidade discursiva, “começam com uma declaração de alguma proposição a ser provada”, seguida por razões, explicações ou exemplos para justificar a proposição inicial. São recursos retóricos utilizados pelos falantes para demonstrar que as

² Linde opta por usar ‘stories’ procurando diferenciá-las dos conceitos da psicologia, história e antropologia (‘history’), o que leva alguns autores a traduzirem ‘stories’ como ‘estórias’.

proposições apresentadas que pudessem ser consideradas “dúbias, falsas, problemáticas, ou tolas possuem, na verdade, justificativas que devem levar o interlocutor a acreditar nelas” (Linde, 1993, p. 94).

As histórias de vida são, portanto, todas as histórias e as unidades discursivas associadas, assim como suas conexões, contadas por uma pessoa durante sua vida. Embora sejam unidades descontínuas e heterogêneas, elas estão interrelacionadas e criam coerência para os fatos acontecidos. Porém são alteradas durante a vida, pois novas histórias passam a fazer parte do conjunto e outras são esquecidas, assim como estão sempre sendo revisadas. Deste modo, essas histórias sofrem alterações a cada situação de narração, pois é possível narrar o mesmo evento de diferentes formas, dependendo dos interesses do narrador, do contexto do momento de narração e da audiência.

Para Linde (1993), as pessoas procuram criar coerência para suas histórias. Para isso, há a necessidade de recorrer a sistemas de coerência, que, segundo a autora, são parte da cultura e narrativizam as experiências. Esses sistemas representam um sistema maior de crenças e apresentam as relações entre as crenças, pois se posicionam entre o senso comum e os sistemas de especialistas.

O senso comum, de acordo com a autora, é formado por crenças, certezas, concepções e ações, que são partilhadas por um determinado grupo social. As crenças do senso comum são construídas e altamente valorizadas pelo grupo, que as transmitem aos outros membros. Elas podem ser revisadas e modificadas, e são usadas no cotidiano do grupo. Os sistemas de especialistas diferem do senso comum por apresentarem “crenças e relações entre crenças compreendidas, adquiridas e usadas apropriadamente por especialistas em certas áreas” (1993, p. 163). Neste sentido, os sistemas de coerência proporcionam um vocabulário específico ao narrador, permitindo que ele crie e recrie identidades enquanto narra. Ademais, de acordo com a autora, a criação de coerência é uma obrigação social, que permite aos participantes de uma interação produzir e compreender significados.

Linde (1993) também salienta a noção textual de coerência nas histórias de vida, no que se refere à relação entre partes de um texto para criar o sentido do todo, assim como a relação entre um texto e outros. A ordem narrativa é a base para os dois princípios de coerência das histórias de vida: causalidade e continuidade.

A causalidade pode ser percebida pela sequência narrativa das orações de uma história, assim como pelo uso de recursos lexicais (por que, logo, assim etc.). Além dos recursos sintáticos e lexicais, a causalidade pode ser evidenciada pela percepção de que certos acontecimentos são razões adequadas para um evento específico ou sequência de eventos, por exemplo, o fato de alguém gostar de nadar pode ser considerado como uma razão adequada para alguém tornar-se salva-vidas.

As narrativas que fazem parte de uma história de vida necessitam de uma cadeia de causalidade, assim como de uma noção de sequencialidade que tanto o narrador quanto a audiência possam considerar significativa. Nesse sentido, o gerenciamento da causalidade adequada nas narrativas estabelece a noção de continuidade, isto é, uma relação clara entre causa e efeito. Por exemplo, uma história sobre uma pessoa que cursou medicina e decide trabalhar como médico em um hospital público faz todo o sentido para o ouvinte, pois esta é uma relação causa-efeito onde os princípios de causalidade e continuidade estão presentes e claros. Logo, qualquer discontinuidade em uma narrativa precisa de avaliações e explicações. Uma narrativa sobre uma pessoa que cursou medicina e decide trabalhar como motorista precisa de explicações que compensem a quebra da relação causa-efeito.

Contudo, a coerência é também uma realização cooperativa, não absoluta, entre o narrador e a audiência. Essa cooperação não significa que ambos necessitem compreender a mesma construção de coerência da narrativa, mas negociações de sentido serão necessárias para que os princípios de causalidade e continuidade estejam adequados às sequências narrativas.

Concluindo, para Linde (1993), as narrativas de experiências pessoais passam a fazer parte do repertório de histórias de vida que uma pessoa possui e permitem a criação e manutenção de identidades, assim como possibilitam aos indivíduos compreenderem e darem sentido ao que são.

Para a análise deste estudo, interessa-me, sobretudo, a noção de coerência proposta pela autora, isto é, como os narradores buscam e criam coerência para as narrativas que contam a partir dos princípios e dos sistemas de coerência. Essa noção será importante para a análise das narrativas das agentes e dos moradores, sobre o modo como elas são organizadas e estruturadas durante as interações.

3.1.3.

Narrativas no trabalho: além do texto para a prática

Como exposto, segundo Linde (1993), as histórias de vida possibilitam a criação e manutenção identitária e dão significado ao que as pessoas são. No entanto, as pessoas não contam apenas histórias de vida. Estas outras histórias podem ser, por exemplo, histórias contadas em contextos institucionais, isto é, narrativas que as pessoas contam no trabalho.

De acordo com Linde (2001), muitas narrativas são contadas nos ambientes institucionais e, embora algumas dessas narrativas sejam contadas para entreter ou façam parte do repertório de narrativas pessoais, boa parte delas serve para realizar o trabalho da instituição.

A autora argumenta que as narrativas ajudam as instituições a fazerem seu trabalho diário, pois elas formam uma parte significativa da prática de trabalho. É através de incontáveis narrativas sobre o trabalho, e também da repetição delas, que as pessoas podem saber como realizar certas tarefas, resolver problemas etc. Essas narrativas formam um repertório de práticas profissionais que ilustram situações e modos de agir, além de fornecer material para reflexão sobre posturas, posicionamentos e decisões.

As narrativas também colaboram para a reprodução e manutenção das instituições, assim como para as contestações e mudanças nas representações das identidades das instituições. Neste sentido, elas não só colaboram para a realização do trabalho nas instituições, mas também para a construção da própria identidade institucional.

Segundo Linde (2001), as pesquisas sobre narrativas em instituições permitem compreender processos de reprodução social, pois essas narrativas mantêm a identidade e continuidade da Instituição, negociam relações de poder, gerenciam mudanças, marcam adesão ou exclusão de grupo e também realizam o trabalho diário.

A proposta de Linde é imprescindível para entendermos uma das facetas do papel das narrativas das agentes de saúde no contexto das reuniões de trabalho, isto é, compreender suas narrativas como prática profissional.

Linde (2001) traz uma visão de narrativa como prática no contexto Institucional. Sobre este posicionamento, Sarangi (2008) argumenta que os

estudos recentes apontam uma mudança de foco da narrativa como texto, como uma estrutura, para a narrativa como prática. Porém, essa mudança requer pensar sua definição além daquela que observava a narrativa apenas como relato de experiências passadas. Assim, a narrativa passa a abarcar outros tipos de eventos, tais como relatos de eventos antecipados e hipotéticos, que lidam com questões ainda desconhecidas, isto é, não reportam fatos já conhecidos. Neste sentido, o foco passa a ser direcionado não apenas ao evento narrado, mas também ao evento narrativo.

O autor salienta a natureza situada da narrativa e o processo do narrar em diferentes cenários. O contexto, portanto, tem papel de destaque e é visto como um modo, entre outras coisas, para justificar ações e demandas, revelar acordos ou tensões e indexar identidades. Logo, há a percepção da função contextualizante da narrativa e não somente seu caráter contextualizador, ou, segundo Sarangi (2008), o entendimento de que o evento narrativo pode moldar o evento narrado, mais do que ser moldado por ele. Isto é, o contexto é percebido entre os pesquisadores dos estudos de narrativa não apenas como uma moldura estática dos eventos, mas como um conjunto de múltiplos processos que se interrelacionam mutuamente alimentando a fala (De Fina e Georgakopoulous, 2008, p. 275-76).

Esta mudança de foco em direção à narrativa como prática é associada à crescente aceitação da narrativa como fala-em-interação, informada pela análise da conversa, de natureza etnometodológica, e demanda reavaliações da própria definição de narrativa, suas exigências e o aparato analítico adequado para a investigação (De Fina e Georgakopoulous, 2008). Outro ponto, de acordo com De Fina e Georgakopoulous (2008), é o aumento dos estudos sobre a narrativa em interface com teorias sociais, especialmente teorias relacionadas aos estudos culturais, que problematizam, discutem e apresentam outras perspectivas para a visão da narrativa como um modo privilegiado de comunicação que permite dar sentido ao *self*.

Ademais, a mudança de foco de um modelo estrutural para um funcional demanda, além do refinamento dos instrumentos analíticos, a observação de que a narrativa é sensível ao contexto. Como acrescenta Sarangi (2008), citando Todorov (1977), toda narrativa, além de funcional, é figurativa, pois envolve escolha e construção e não apenas uma exposição acurada de uma série de eventos.

Como já argumentei, a noção de narrativa como prática se torna fundamental para a análise das narrativas contadas nas situações de reunião de trabalho. No entanto, pensar a narrativa como prática colabora também para a reflexão do papel de todas as narrativas analisadas neste trabalho, incluindo as narrativas dos moradores, no sentido de que elas também realizam algo.

3.2.

Como organizamos as narrativas que contamos

A seção anterior buscou tratar de conceitos sobre a narrativa e suas funções através de diferentes abordagens que norteiam esta pesquisa, mas não aprofundou a discussão acerca de sua estruturação e organização. Esta seção introduzirá teorias sobre como as narrativas são estruturadas e como as organizamos, começando pelo modelo laboviano, para depois avaliar outros modelos e, por fim, discutir como as narrativas são negociadas, coconstruídas e organizadas durante uma interação.

3.2.1.

O modelo canônico: a narrativa laboviana

O modelo canônico de narrativas pressupõe a estrutura laboviana (Labov, 1972; Labov e Waletzky, [1967] 1997) e foram os trabalhos de Labov e Waletzky que introduziram os estudos da narrativa no âmbito da socio. Para Labov (1972), as narrativas são formas de recapitular experiências passadas e, para que algo seja considerado uma narrativa, é necessário que exista uma sequência temporal de orações no passado (ao menos duas orações ordenadas temporalmente) e que tais orações sejam independentes. Além dessas condições, é importante que a narrativa possua um ponto, isto é, a razão para ela ser contada, e que ela seja reportável (ver item 3.1.2).

Os componentes estruturais da narrativa laboviana são:

- **resumo** → geralmente inicia a narrativa e possui uma ou duas orações que apresentam aquilo que será contado. O resumo também pode informar o assunto da narrativa, indicando seu ponto, isto é, a razão para ser contada;
- **orientação** → contextualiza a narrativa, isto é, introduz o tempo, o local, as pessoas e a situação;

- ação complicadora → refere-se à história em si, ao que se passou, consistindo em uma sequência temporal de enunciados, que remetem a eventos passados e é o único componente obrigatório na narrativa;
- resolução → finaliza a série de eventos da ação complicadora;
- coda → sinaliza o fim da narrativa e é geralmente uma oração livre que contém “observações gerais ou mostram o efeito dos eventos sobre o narrador” (Labov, 1972: 365). A coda faz com que tanto o narrador quanto a audiência sejam trazidos de volta ao presente e pode também apresentar um conteúdo avaliativo;
- avaliação → a forma que o narrador “indica o ponto da narrativa” (Labov, 1992, p. 366) pode acontecer em qualquer momento da narrativa. Bastos (2005) aponta que a avaliação “contém informação sobre a carga dramática ou o clima emocional da narrativa” (p. 78) e é, portanto, um fator que indica a reportabilidade. Labov (1972) acrescenta que os dispositivos de avaliação indicam a conexão com o ponto da narrativa, contribuindo, se realizada de forma efetiva, para que a resolução tenha mais impacto. Há dois tipos de avaliação: a avaliação encaixada, interna à narrativa, e a externa, com a suspensão temporária da ação narrativa.

O único componente obrigatório da narrativa laboviana é a ação complicadora, entretanto, Labov (1972) indica a existência do que intitula narrativas mínimas – narrativas que não possuem todos os componentes estruturais. Essas narrativas são compostas por ao menos duas orações no passado, que correspondem a duas ações em uma sequência temporal.

Apesar das críticas, o modelo laboviano ainda é muito utilizado em pesquisas e quase todas as propostas de estruturas narrativas tiveram como base a proposta de Labov (Linde, 1993; Norrick, 2000; Riessman, 1993; Tannen, 1989).

Alinhando-me aos autores que criticam, mas partem do modelo laboviano, usarei os componentes da estrutura laboviana como norteadores para a análise das estruturas narrativas neste trabalho, mas adotarei noções diferenciadas sobre o que é e como se estrutura uma dada narrativa.

3.2.3.

Outras características das narrativas

Como abordado, por se tratar de uma área exemplarmente interdisciplinar, as abordagens da análise de narrativa são diversas e relacionam-se a diferentes áreas do conhecimento. Neste sentido, muitos autores, de diversas áreas, criticando, revisando ou ampliando o modelo laboviano, sugerem outros olhares sobre a estrutura e as características organizacionais das narrativas. Procurarei apresentar algumas discussões que julgo pertinentes para a presente pesquisa.

Georgakopoulou e Bamberg assinalam a mudança de foco das narrativas longas e autobiográficas, as “grandes histórias”, para o que denominam “pequenas histórias”, nas pesquisas sobre narrativa (Bamberg, 2004, 2006; Georgakopoulou, 2007; Georgakopoulou e Bamberg, 2008).

As “pequenas histórias”, de acordo com os autores, são curtas, contadas durante uma interação, possuem temas variados, nem sempre tematizam o narrador, não falam de toda uma vida e nem sempre tratam de experiências pessoais. Elas são as narrativas nas interações do dia a dia e, de acordo com Bamberg (2004), são “histórias verdadeiras de vidas vividas”. Essas narrativas contrastam com as “grandes histórias”, que são elicitadas, geralmente em situações de entrevistas, com o propósito de gerarem dados de pesquisa ou para fins de terapia (Bamberg, 2006). As “grandes histórias” dizem respeito a um acontecimento marcante e particular da vida de uma pessoa ou sobre sua vida como um todo, e “unem eventos a episódios e episódios à história de vida” (Bamberg, 2006, p. 64).

Para Bamberg (2006), as narrativas são parte das práticas interacionais cotidianas, mas as “grandes histórias” raramente são narradas no dia a dia, pois, necessitam que os narradores sejam provocados a contá-las, isto é, alguém deve elicitá-las, pedindo ao narrador que apresente um relato de sua vida. Nesse sentido, as “grandes histórias” e as narrativas mais longas demandam um tipo de “contrato” entre o narrador e o ouvinte, pois o ouvinte precisa estar muito interessado em ouvir, ao passo que o narrador deve possuir um propósito para contar. Assim, essas narrativas são geralmente construídas em ocasiões particulares e em ambientes institucionais (consultas médicas, terapia, entrevistas

de pesquisa etc.), o que leva o autor a considerá-las um fenômeno raro e, de certo modo, artificial.

As “pequenas histórias” não correspondem às narrativas do modelo canônico por não possuírem uma estrutura pré-estabelecida e por não serem consideradas unidades autônomas com fim em si mesmas. Elas podem ser sobre algo muito recente ou eventos que ainda estão acontecendo, logo, afastam-se das narrativas labovianas já que não se referem somente a eventos passados, remetendo também a acontecimentos no futuro, no presente e hipotéticos. Elas abarcam uma série de atividades narrativas que levam em consideração outras características, tais como a recusa em narrar acontecimentos, suspensões, alusões a outras narrativas e eventos partilhados. Outra característica das “pequenas histórias” é que elas podem narrar sobre pequenos incidentes, reais ou imaginados, apenas para colaborar durante a argumentação sobre algum ponto da conversa.

As noções de “grandes” e “pequenas” histórias são interessantes para este estudo para se pensar sobre as narrativas que emergem no contexto de reunião de trabalho e as narrativas geradas durante as visitas aos moradores. Em ambos os casos será possível observar narrativas mais longas, que falam sobre o trabalho ou sobre episódios da vida dos narradores, com propósitos diferenciados. Outro ponto relevante, que os estudos de Bamberg e Georgakopoulou trazem, diz respeito a pensar as narrativas além da estrutura e características labovianas, especialmente no que diz respeito aos eventos e atividades narrativas que rompem com a noção dos relatos sobre acontecimentos passados.

Também considerando a narrativa além dos moldes canônicos, Bruner (1997) apresenta reflexões interessantes para a análise das narrativas neste estudo. Nos âmbitos da psicologia cognitiva, o autor aponta a sequencialidade como propriedade principal de uma narrativa, pois todas as narrativas apresentam uma “sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou atores” (p. 46). Para o autor, as narrativas podem ser reais ou imaginadas, sem que percam sua reportabilidade, e ligam o excepcional ao comum, pois sua função é atenuar ou tornar compreensível algo que se afaste do padrão cultural canônico, daquilo que as pessoas consideram comportamentos apropriados a sua cultura.

Para Bruner (1997), a qualidade dramática³ e a paisagem dual são outras propriedades principais das narrativas. A dramaticidade pressupõe uma boa formação de sua composição e as narrativas devem conter cinco elementos: ator, ação, meta, cenário, instrumento e problema. O problema refere-se ao desequilíbrio entre quaisquer dos outros elementos, por exemplo, um ator que seja considerado inapropriado em determinado cenário: ‘um sapateiro medicando um paciente em um hospital’. Assim, a noção de problema demanda ações ajustadas às metas, cenários adequados aos instrumentos, atores adequados aos cenários etc. A dramaticidade refere-se, então, a desvios do padrão, do culturalmente canônico, do moralmente aceito, e apresentam consequências morais.

A dualidade diz respeito a “eventos e ações em um mundo real que supomos verdadeiro ocorrem concomitantemente com eventos mentais na consciência do protagonista” (Bruner, 1997: 51). A paisagem dual está ligada ao modo como o protagonista da narrativa interpreta os eventos, quais significados ele atribui aos fatos e às ações. Neste sentido, qualquer discordância entre o que acontece no mundo e o que se passa na cabeça do protagonista investe a narrativa de mais força e motivo. De acordo com Bruner (1997):

“(a narrativa) lida [...] com o material da ação e da intencionalidade humana. Ela intermedeia entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças. Ela torna o excepcional compreensível e mantém afastado o que é estranho, salvo quando o estranho é necessário como um tropo. Ela reitera as normas da sociedade sem ser didática. E [...] ela provê uma base retórica sem confronto. Ela pode até mesmo ensinar, conservar a memória, ou alterar o passado”. (p. 52)

Considero as propriedades da narrativa, apresentadas por Bruner (1997), próximas à noção de coerência das histórias de vida de Linde (1993), por discutirem a forma como os narradores buscam organizar os eventos narrativos a serem contados. Entretanto, interessa-me em Bruner (1997), a noção da narrativa como forma de intermediar entre aquilo que é aceito e o que foge aos moldes culturais e normativos da sociedade, passando pela interpretação dos eventos pelo narrador, e resultando na forma como a narrativa é elaborada.

As propostas, expostas até o momento, buscam apresentar outras formas de observar as construções narrativas afastando-se, de diferentes formas, do modelo

³ Bruner parte da “discussão clássica de Kenneth Burke sobre o dramatismo”, in: BURKE, Kenneth. *A Grammar of motives*. New York: Prentice Hall, 1945.

laboviano. Procurando situar-me em uma perspectiva que pudesse aliar as diferentes reflexões, apresento, a seguir, a discussão de Ochs e Capps (2001) e Polanyi (1979).

Ochs e Capps (2001), em estudos no campo da antropologia, argumentam que existem diferentes tipos de narrativas, cujas estruturas não são tão fixas e podem ser muito distintas umas das outras em termos de sua organização estrutural e suas características. Portanto, é possível encontrar narrativas que estejam mais próximas do modelo canônico e outras em que as estruturas sejam mais fluídas.

Assim, as autoras sugerem que as narrativas formam um *continuum* entre dois pólos opostos. O primeiro dos pólos é identificado por narrativas com alto teor de reportabilidade e geralmente requerem um narrador ativo para uma audiência passiva. Este modelo corresponde ao modelo laboviano, com narrativa temporal e linear, e geralmente constitui-se de narrativas de histórias de vida e autobiográficas com eventos dramáticos. Nestes casos, segundo as autoras, a narrativa possui um ponto claro, pode ser mais ou menos separada de seu contexto de realização e geralmente possui avaliações morais.

O outro pólo comporta narrativas de reportabilidade moderada, contextualizadas no discurso e coconstruídas por diferentes co-narradores ativos. Essas narrativas comportam organização causal e temporal não linear e avaliações morais mais fluidas. As autoras argumentam que esse segundo modelo seria mais usado no cotidiano das pessoas, pois as pessoas não estão preocupadas em investir as atividades cotidianas de muita importância. Nesse sentido, a narrativa na conversa cotidiana “cria uma oportunidade de lançar uma narrativa pessoal cuja história não está resolvida” (Ochs e Capps, 2001: 35) e, desta forma, o ponto da narrativa e sua reportabilidade não estão prontos antes da interação, mas se constituem como variáveis que deverão ser construídas durante o processo de narração, envolvendo a cooperação de co-narradores.

Partindo da análise estrutural para a forma como as pessoas organizam o que vão contar, Polanyi (1979), ainda no campo da antropologia, argumenta que o ponto da narrativa pode mudar durante a narração e que ele está sujeito à negociação nas narrativas conversacionais. Ela justifica que o que faz uma narrativa interessante ou culturalmente reconhecida como relevante não é a forma

como o narrador organiza estruturalmente sua narrativa, mas o que vale a pena ser contado, para quem e em que circunstâncias.

Como já mencionei, adotarei a nomenclatura laboviana para a análise das estruturas narrativas, porém, situo-me na perspectiva apresentada por Ochs e Capps (2001), que propõem as narrativas, em sua organização estrutural, posicionadas em algum ponto do *continuum* entre estruturas mais próximas a canônica até organizações estruturais mais livres. Desta forma, adoto também a noção de que as narrativas podem tratar de eventos passados, presentes, futuros ou hipotéticos, cuja reportabilidade pode ser de alto ou baixo teor, e nem sempre possuem pontos narrativos explícitos.

3.2.3.

O trabalho necessário para contar as narrativas

As narrativas, quer apresentem uma estrutura mais próxima do modelo canônico, quer sejam pequenas narrativas, exigem algum tipo de preparação e trabalho para que o narrador consiga a atenção de sua audiência e garanta o espaço narrativo.

O caráter interacional e sequencial da narrativa foi apontado por Sacks (1972, 1974), observando: (a) como os falantes estabelecem uma audiência, (b) como a audiência responde às narrativas contadas, e (c) identificando que as narrativas apresentam, geralmente, início e finais característicos.

A coconstrução também é destacada por Sacks (1974) em sua relação narrador – audiência, e mostra que as narrativas possuem três sequências adjacentes: o prefácio, a narrativa em si, e as respostas.

Garcez (2001), também no âmbito dos estudos da análise da conversa de base etnometodológica, aponta que contar histórias durante as interações do dia a dia, nas conversas cotidianas, constitui-se a forma primordial de narrativa. Contudo, narrar, em quaisquer contextos e especialmente em situação conversacional, requer trabalho interacional. Garcez (2001) ressalta que, para se realizar o trabalho narrativo, é necessário que haja uma solicitação de suspensão das trocas de turno durante uma conversa, para assegurar o espaço mais longo requerido para a narrativa e assegurar a atenção dos participantes da interação. Para a conquista desse espaço, é preciso, segundo o autor, que o narrador sinalize

sua intenção em contar algo relevante para os outros participantes e, para isso, o narrador utiliza, na abertura desse espaço, um prefácio:

“O prefácio sinaliza que a elocução seguinte não deve ser vista como de outro modo seria, ou seja, como uma unidade conversacional sistematicamente limitada por sua estrutura de frase. [...] Por meio do prefácio, portanto, o falante se qualifica como um contador da estória e sinaliza que suas elocuições seguintes pretendem receber atenção interacional [...]”. (Garcez, 2001:195)

Além do prefácio, é necessário também que um novo acordo seja estabelecido com os ouvintes, pois não basta apenas garantir a posse da palavra em turnos mais longos, mas deve-se também assegurar a atenção dos ouvintes. Nesse sentido, a cooperação e, muitas vezes, a coconstrução narrativa, assim como interrupções para comentários, opiniões etc., são sinais de que a narrativa está sendo ouvida com atenção.

Muitas vezes uma segunda narrativa segue-se à primeira, contada por outro participante. De acordo com Garcez (2001), a segunda narrativa apresenta um papel pessoal que equivale ao do narrador da primeira, ratificando a primeira narrativa como digna de ser contada e apresentando uma compreensão subjetiva do ponto da narrativa. Segundo o autor, “as segundas narrativas tem, sobretudo, a função de ilustrar, contrastar ou ampliar o ponto da primeira narrativa, reafirmando um ouvir atento, seu caráter informativo sendo, portanto, bastante secundário” (Garcez, 2001:203).

Norrick (2005), em estudos sobre narrativa conversacional, identifica também as ‘histórias entrelaçadas’ (*interlaced stories*), que diferem das segundas narrativas, nas quais o segundo narrador correlaciona o que conta ao tópico ou ponto da narrativa da primeira. Elas são diferentes também das ‘histórias respostas’ (*response stories*), que buscam estabelecer uma experiência em comum, isto é, quando o segundo narrador narra um evento similar ao que aconteceu com ele (‘a mesma coisa aconteceu comigo’); ou quando as narrativas competem entre si - quando o segundo narrador avalia que o que contou é, sob algum ponto de vista, melhor do que a narrativa anterior (‘uma coisa mais engraçada aconteceu comigo / comigo foi muito pior’). De acordo com o autor, as ‘histórias entrelaçadas’ não permitem competição, não são topicamente relacionadas, pois dizem respeito a eventos independentes e proporcionam aos participantes recursos para organizar sequencialmente experiências inter-

relacionadas. Essas narrativas partilham personagens e geralmente eventos, assim como o tema e a perspectiva, onde a primeira conduz à segunda e a segunda continua e complementa a primeira.

As contribuições da análise da conversa de base etnometodológica (Sacks, 1972, 1974; Garcez, 2001) são especialmente importantes para a análise das narrativas, no que se refere à coconstrução nas interações analisadas. Também são de extrema contribuição, para o presente trabalho, as noções de segunda narrativa (Garcez, 2001) e história entrelaçada (Norrick, 2005), que enriquecem as análises das narrativas das agentes.

3.3. A Sociolinguística Interacional

A Socio Interacional está “fortemente ancorada na pesquisa qualitativa empírica e interpretativa” e se propõe a estudar a relação entre língua e sociedade em contextos sociais específicos (Ribeiro e Garcez, 2002). Segundo os autores, o foco dos estudos reside na resposta à pergunta “o que está acontecendo aqui e agora nesta situação de uso da linguagem?”.

De acordo com Tannen (2004), a Socio Interacional (SI) situa-se na interseção entre os estudos linguísticos, antropológicos e sociológicos e tem suas origens nas abordagens teóricas e metodológicas desenvolvidas por John Gumperz, focando a análise da língua em interações reais no contexto das relações sociais. Além dos estudos de Gumperz, a autora destaca as contribuições de Erwing Goffman, especialmente sua noção de enquadres (*framing*) (Goffman, 1974, [1979] 2002).

Gumperz (apud Pereira, 2002) propôs a abordagem da Socio Interacional “no âmbito dos processos comunicativos da interação humana para tratar de relações entre cultura, sociedade e indivíduo” (p. 8). Segundo o autor, a Socio Interacional propõe uma ponte entre as práticas comunicativas moldadas a partir das relações de poder e aquelas moldadas através das interações sociais.

Para Gumperz (1982, 1992, 2002) a comunicação, como uma atividade interacional, requer o esforço coordenado entre dois ou mais indivíduos, que é alcançado através da fala. Os falantes necessitam, além da competência gramatical, outras competências, para que seja possível compreender o evento

comunicativo e usar os recursos necessários para facilitar a interação. Para o autor, o que é importante na comunicação é a intencionalidade e não apenas o significado de sua elocução. O autor argumenta que a diversidade sociocultural afeta a linguagem causando os mal-entendidos e discriminações, e na sociedade urbana moderna as dificuldades comunicativas surgem na medida em que indivíduos de diferentes origens socioculturais interagem em eventos de fala.

Erwin Goffman enfoca a organização social da fala, onde o contexto situacional e o social têm destaque. Goffman ([1964] 2002, 1974, 1981) afirma que as estruturas sociais, culturais e políticas de uma determinada sociedade são representadas durante as interações em encontros sociais e se manifestam nas relações entre indivíduos.

Pereira (2002), comentando sobre as contribuições de Goffman em *Palavra* 8, destaca que:

Os trabalhos de Goffman, no âmbito da microsociologia dos encontros sociais, são extremamente significativos, na medida em que possibilitam focalizar a situação de comunicação do ponto de vista social e o que ocorre entre os interlocutores nas interações face a face (p. 13-14).

Ademais, para Goffman ([1964] 2002), a interação face a face é coconstruída por todos os participantes, mesmo aqueles que só estão ouvindo. No entanto, para que uma situação social seja reconhecida não apenas um agrupamento de pessoas é necessário que haja a ratificação de um ‘estado de fala’ entre os participantes durante os encontros sociais. Isto significa que os participantes devem entender, através de algumas pistas, o que está acontecendo, de modo que possam interagir adequadamente (tomando o turno de fala ou acompanhando o que está sendo dito por outro). Segundo o autor: “a fala é socialmente organizada, não apenas em termos de quem fala para quem e em que língua, mas também como um pequeno sistema de ações face a face que são mutuamente ratificadas e ritualmente governadas. (Goffman, [1964] 2002, p. 19).

3.3.1.

O que está acontecendo aqui e agora?: a noção de enquadres e de esquemas de conhecimento

A socio interacional procura responder o que está acontecendo em um determinado momento de uma interação. Porém, para compreender qualquer situação de interação, falantes e ouvintes devem saber dentro de qual enquadre aquela situação foi gerada, isto é, é preciso situar o que está acontecendo na interação: uma brincadeira, uma piada, uma disputa etc.

A noção de enquadre diz respeito à interpretação que os participantes dão ao que está acontecendo em um determinado momento da interação (Bateson, [1972] 2002; Goffman, 1974; Tannen e Wallat, [1987] 2002). Segundo Bateson ([1972] 2002), é necessário saber ler sinais (verbais e não-verbais) para entender o que está ocorrendo em uma situação interativa e não compreender certos sinais pode levar aos mal entendidos.

Para Goffman (1974), “as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos e de acordo com nosso envolvimento subjetivo nesses eventos” (p. 10-11). Para o autor, as pessoas usam diferentes estratégias e estruturas para compreender os eventos interativos, mesmo quando estão envolvidas nele e o estão construindo. Os enquadres, portanto, emergem nas interações, verbais e não-verbais, mas também são constituídos por elas. Assim, nos encontros face a face, os participantes propõem, mantém, e mudam os enquadres durante toda a interação. São os enquadres que organizam o discurso, pois “o enquadre formula a metamsagem a partir da qual situamos o sentido implícito da mensagem enquanto ação” (Ribeiro e Gracez, 2002: 107).

Tannen e Wallat ([1987] 2002) propõem que, além dos enquadres, as pessoas utilizam “esquemas de conhecimento” para compreender uma situação de interação. De acordo com as autoras, os esquemas de conhecimento referem-se “às expectativas dos participantes acerca das pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo” (p. 189), e os enquadres situam-se na definição antropológica e sociológica, isto é, a definição do que está acontecendo em uma interação. Segundo as autoras, ambos os termos deveriam ser compreendidos como estruturas de expectativas.

Assim como os enquadres, os esquemas de conhecimento são dinâmicos, pois como as situações podem mudar em uma interação, as expectativas sobre as pessoas e tudo o mais no mundo são revistas, por estarem sempre em relação às experiências que um indivíduo tem durante a vida. Neste sentido, os esquemas de conhecimento estão relacionados a processos cognitivos, que remetem a modelos anteriores de conhecimento. As autoras salientam que “a única maneira de alguém compreender qualquer discurso é através do preenchimento de informações não proferidas, decorrente do conhecimento de experiências anteriores no mundo” (p. 190). Isto é, para se compreender uma situação é necessário que a pessoa relacione o que está acontecendo a experiências anteriores.

Desta forma, as pessoas compreendem os enquadres não somente a partir do que está sendo dito, mas como está sendo dito e também através de gestos, expressões, isto é, os enquadres são interpretados a partir de pistas linguísticas e parais. Entretanto, é preciso também utilizar experiências e conhecimentos prévios, que ajudam na interpretação das situações. Logo, uma discrepância nos esquemas de conhecimento acarreta em mudanças de enquadre. Por exemplo, o enquadre ‘brincadeira de luta’ entre dois irmãos brincalhões, que fingem brigar usando palavrões e outras expressões associadas à situação real de uma briga de rua, pode ser interpretado, por alguém que não os conheça, como uma briga real, pois para entender a situação como ‘brincadeira’, essa pessoa precisaria saber que os dois são irmãos e que gostam de fazer este tipo de brincadeira.

As noções de enquadres e esquemas de conhecimento serão importantes, neste estudo, não apenas para analisar como os participantes estão interpretando os diferentes momentos das interações, mas também para compreender o acionamento das narrativas e a organização das sequências narrativas, das segundas narrativas (Garcez, 2001); e “histórias entrelaçadas” (Norrick, 2005).

3.3.2.

Como sabemos o que está acontecendo na interação?: *Footing* e Pistas de Contextualização

Os enquadres sinalizam o que está acontecendo em uma interação e interpretamos tais enquadres a partir de pistas verbais ou não-verbais. As discrepâncias nos esquemas de conhecimento geram mudanças de enquadre, mas mudanças de enquadre também podem ser representadas por mudanças de *footing*.

Neste sentido, o conceito de *footing* funciona como um desdobramento do conceito de enquadre.

Footing (Goffman, [1979] 2002) representa o "alinhamento, a postura, a posição, a projeção do 'eu' de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção" (Ribeiro e Garcez, 2002: 107). Segundo Goffman ([1979] 2002), quando se muda o *footing*, o alinhamento (postura, posicionamento ou projeção pessoal) assumido para si e para os outros participantes pode também ser modificado e, desta forma, uma mudança em nosso enquadre da situação é provocada (p. 113).

O conceito de *footing* pode ser melhor compreendido a partir das noções de estrutura de participação e de *status* de participação. A estrutura de participação diz respeito às formas como os participantes se inter-relacionam em uma interação, isto é, quais papéis eles assumem. O *status* de participação refere-se à posição assumida durante uma interação. Assim, pode-se assumir um determinado papel (uma estrutura de participação) durante a interação e manter-se alinhado e esse papel, ou mudar o comportamento, assumindo outro tipo de papel ou situação/comportamento, modificando seu *status*, isto é, sua posição durante a interação, e assim modificando também o *footing*.

Logo, a estrutura e o *status* de participação estão diretamente relacionados ao conceito de *footing*, e uma mudança de *footing* acarreta em uma mudança de alinhamento e posicionamento. Como o *footing* diz respeito também à projeção pessoal, suas mudanças remetem às construções identitárias emergentes no discurso. Desta forma, ao serem introduzidos, negociados, sustentados por outros participantes, modificados e/ou ratificados, esses posicionamentos, alinhamentos, posturas e/ou projeções do *eu*, revelam identidades que emergem, se constituem, se alteram e afetam o curso da interação (Goffman, [1979] 2002).

As mudanças de *footing* são assinaladas por pistas de contextualização (Gumperz [1982] 2002), que "são todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais. Tais pistas podem aparecer sob várias manifestações linguísticas [...]" (p. 152) e os participantes as usam para sinalizar suas intenções comunicativas, construir expectativas sobre o que virá a seguir na interação e inferi-las de outros participantes.

Embora essas pistas sejam portadoras de informação, seus significados são implícitos e contextuais, e são negociados/construídos durante o processo de

interação. Elas são internalizadas pelos falantes, que as usam para criar situações inferenciais em um momento específico, de forma a destacar o que possa ser relevante para a interpretação do momento. Logo, as pistas contribuem para o estabelecimento de enquadres e podem funcionar também como elementos de contextualização.

As pistas são indexais, de natureza (escolhas lexicais e sintáticas; alternância de código, de dialeto ou estilo; expressões formulaicas; aberturas conversacionais; estratégias de fechamento e sequenciação), paras (pausas, entonação, hesitações, ritmo, tempo de fala, acento, tom) ou não-verbais (direcionamento do olhar, mudanças posturais, gesticulação, movimento corporal, distanciamento entre os participantes) e relacionam aquilo que foi dito ao conhecimento prévio de cada um que participa na interação.

Para a pesquisa, os conceitos de *footing* e de pistas de contextualização serão importantes para a análise das interações em que as narrativas emergem, contribuindo para a identificação dos enquadres, suas mudanças e os alinhamentos dos participantes. A noção de *footing* também contribuirá para a análise das construções identitárias, especialmente, para as projeções e alinhamentos.

3.4.

As identidades que emergem nas narrativas

As seções anteriores trataram, respectivamente, sobre teorias que abordam as noções sobre narrativas, como as pessoas as organizam e estruturam, o que as narrativas realizam, além dos conceitos sobre o que está acontecendo em um determinado momento de interação e como esses momentos são interpretados.

Esta seção se ocupará das relações entre construções identitárias e narrativas, e de processos que colaboram para estas construções.

3.4.1.

Como construímos quem somos quando narramos?

Sobre a relação entre identidade e narrativa, foco desta subseção, Schifffrin (1996) argumenta que quando as pessoas narram sobre suas vidas ou a vida de outros, elas constroem, interpretam e partilham experiências. De acordo com Bastos (2005), “ao contar histórias situamos os outros e a nós mesmos numa rede

de relações sociais, crenças, valores; ou seja, ao contar histórias, estamos construindo identidade” (p. 81).

Os processos identitários são plurais em relação aos diferentes contextos nos quais os indivíduos entram em interação, já que sua produção se dá através de ‘práticas discursivas intersubjetivas’ e está situada local e sócio-historicamente. Assim, a noção de uma identidade essencial, una, preexistente e permanente é abandonada, dando lugar ao sentido de identidades plurais e em processo (Fabrício e Bastos, 2009).

Bamberg e Georgakopoulous (2008) apontam que as narrativas, e especialmente as “pequenas histórias”, são locais de trabalho de identidades. Eles discutem que, embora as identidades estejam em constante mudança e transformação durante as narrativas, as pessoas criam um sentido de constância através de engajamentos contínuos e repetitivos enquanto narram suas experiências. É através do trabalho de construções identitárias, com os posicionamentos assumidos durante as interações, que os indivíduos estabelecem o sentido de continuidade e manutenção do que são, “um sentido de nós como mesmos apesar da mudança constante” (p. 3).

De Fina (2003) argumenta que narrar constitui-se como um tipo de prática discursiva que envolve a reflexão, negociação e constituição de identidades através de: (i) estilos narrativos, derivados de recursos narrativos comuns; (ii) projeção, representação e re-elaboração de papéis sociais e de relações; e (iii) negociação de afiliação a grupos, reconhecidos por afinidades de crenças, valores e comportamentos comuns.

De acordo com a autora, quando narramos construímos representações sobre quem somos ao criarmos um “mundo-de-histórias” nos quais as identidades são construídas de forma comum e rotineira, relacionando-se com ações e reações específicas:

Narradores constroem e articulam uma variedade de significados que vão além da manifestação de seus selves individuais de forma a abranger suas múltiplas ligações a grupos e práticas sociais. Narrar é visto como uma prática discursiva, i. e., uma forma de prática social centrada no discurso (Fairclough 1989) que reflete tanto as crenças e relações sociais assim como contribui para negociá-las e modificá-las. Através das narrativas as pessoas criam e negociam entendimentos sobre as realidades sociais, mas também continuamente modificam as relações

sociais que existem entre eles e, potencialmente, com outros que não estão presentes na interação⁴ (De Fina, 2003:19).

As identidades são vistas como situadamente motivadas, pois as pessoas constroem identidades não apenas em relação às categorias sociais às quais pertencem, mas também de acordo com o contexto situacional e as relações entre os participantes (De Fina, 2006). Nesse sentido, as identidades referem-se à representação e negociação de papéis sociais, através das formas como os narradores projetam a si mesmos em relação ao outro nas narrativas (De Fina, 2003).

Para De Fina (2003) alguns tipos de identidades estão relacionadas ao modo como os narradores falam do *self* em ação, isto é, o modo como os narradores constroem o espaço narrativo, onde certos personagens e ações são evidenciados. A apresentação do *self* está em relação com a estrutura de ação na narrativa (“quem fez o quê”), projetando interpretações particulares sobre o que aconteceu e demonstrando o grau de iniciativa (agência) que os narradores atribuem a si e a outros.

A autora também indica a relação entre categorizações e construção identitária através da análise de correlações entre estratégias de identificação e representações do *self* e do outro nas narrativas. Segundo De Fina (2003), os narradores podem apresentar esquemas recorrentes nas narrativas, que remetem ao *self* e outras representações. Esses esquemas apresentam modelos recorrentes de ações, papéis, circunstâncias, relações e as avaliações dos narradores. As representações esquemáticas constituem a base das expectativas que os narradores possuem sobre o que atribuem às identidades, em termos de características e comportamentos. Essas identidades são, então, negociadas na interação, demonstrando afiliações, rejeições, reformulações, renegociações das expectativas e definições de novos modelos (De Fina, 2003, p. 181).

Em se tratando de contextos de trabalho, segundo Holmes e Marra (2005), as narrativas funcionam como recursos para produzir e decretar certos aspectos

⁴ [...] narrators construct and articulate a variety of meanings that go beyond the manifestation of their individual selves to encompass their multiple ties to social groups and practices. Narrating is seen as a discursive practice, i. e. a form of social practice centered on discourse (Fairclough 1989) that both reflects social beliefs and relationships and contributes to negotiate and modify them. Through narratives people create and negotiate understandings of social realities, but they also continuously modify the social relationship that exist among them and also, potentially, with others who are not present in the interaction.

das identidades sociais dos indivíduos. Para as autoras, é através das narrativas que os participantes podem enfatizar facetas das identidades sociais e dimensões diferentes de significado social, tais como afiliações institucionais, status profissional, responsabilidades, categoria de gênero, afiliação étnica, entre outras.

A relação entre narrativa e identidade, especialmente os trabalhos de De Fina (2003, 2006), nortearão as análises das construções identitárias nas narrativas das agentes e dos moradores, no sentido de observar que identidades emergem nas narrativas e como essas identidades são projetadas e negociadas durante as interações.

3.4.2. Como as identidades são categorizadas?

As construções identitárias nas narrativas, de acordo De Fina (2003), envolvem, também, sistemas de classificação, isto é, moldes fornecidos pela cultura, que possibilitam indivíduos e grupos construir oposições e afiliações, similaridades e diferenças. Esses moldes podem ser expressos através de processos de categorização.

De Fina (2003, 2006) compreende os processos de categorização como centrais para as construções identitárias, especialmente as sociais, pois as categorizações enfatizam o senso individual de pertencimento, ou não-pertencimento, a determinados grupos.

A autora argumenta que as categorizações indexam a valores, normas, ideias e comportamentos associados a um grupo, isto é, categorizar significa relacionar identidades locais a ideologias e crenças partilhadas. Deste modo, quando se introduzem personagens nas narrativas, atribuindo-lhes características morais, comportamentos considerados adequados e inadequados e atitudes, os narradores estão, na verdade, construindo o *self* e outras representações que constituem a ideologia de um determinado grupo. Este processo permite que os indivíduos categorizados sejam compreendidos como personagens que carregam identidades sociais passíveis de julgamento e que serão usadas para a negociação ou renegociação de identidades pessoais, sociais ou de grupo.

A autora acrescenta que as identidades pessoais são construídas na interação por oposição ou contraste com o outro. Assim, as categorizações de si

representam também categorizações sobre o outro. No entanto, os processos de construção e projeção das identidades estão em constante desenvolvimento e são locais de negociação e renegociação destas identidades durante a interação.

De Fina (2003) salienta que os dispositivos de categorização e o modo como são usados no discurso são cruciais para a análise de identidades nas narrativas. Os tipos de identificação, conexões entre identificações e ações, negociação de posições em relação a ações e identidades são constitutivas de processos sociais de pertencimento, percepção e embate em relação a categorizações.

No âmbito da Análise da Conversa, Sacks (1992) traz o que denomina dispositivos de categorização, ou MIR – *membership categorization device*, que dizem respeito ao modo como as pessoas procedem para que as categorizações que usam sejam reconhecidas e pertinentes para os outros. O autor argumenta que os membros de uma sociedade estocam o conhecimento que possuem da própria sociedade em categorias (sexo, idade, religião, ocupação etc.). Essas categorias são agrupadas em conjuntos e cada conjunto de categorias serve para classificar um determinado grupo ou pessoa. Ao categorizar uma pessoa ou grupo de pessoas, tem-se a impressão de que é possível saber muita coisa a respeito de tal pessoa ou grupo a partir do conhecimento estocado em termos da categoria adotada.

Os dispositivos de categorização são formados pelas coleções de categorias e pelas regras de aplicação das mesmas. As coleções são agrupamentos naturais de categorias de pertencimento, pois, segundo o autor, esses agrupamentos partem, na verdade, do raciocínio prático do senso comum e as pessoas acreditam que certas categorias estão naturalmente agrupadas. As regras de aplicação das categorias se constituem em:

(a) economia: apenas uma única categoria é geralmente utilizada como adequada para descrever um membro;

(b) coerência: o dispositivo categorial considerado adequado para categorizar um membro de uma população pode ser aplicado para categorizar a totalidade daquela população. Assim, uma vez categorizado o membro de uma população, os outros membros podem ser categorizados a partir das categorias da mesma coleção.

De acordo com Sacks (1992), os dispositivos categoriais são: dinâmicos e complexos; observáveis no discurso; construídos durante a interação; estabelecem

uma relação entre o indivíduo e o meio; são situacionais; são inferenciais; e relacionados às atividades da categoria do grupo e que são atribuídos. Desta forma, as categorias não estão estabelecidas a priori, já que são situadas na interação e estão em constante negociação.

Para o presente trabalho, compreender a relação entre categorização e narrativas torna-se uma ferramenta importante para a análise das construções identitárias, ampliando as possibilidades de interpretação das projeções das identidades, através dos processos de identificação relacionados a categorias, e, também, ajudando a posicionar as construções do *eu* e do *outro*.

3.4.3.

Como é construída a agência na (e através da) linguagem?

Observar como a agência é construída na e através dela, representa uma contribuição relevante para a interpretação das projeções do *eu* e do *outro* nas narrativas selecionadas, especialmente a noção apresentada por Duranti (2004).

O termo agência possui significados variados nas literaturas das diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Ahearn (1999, 2001), procurando sistematizar uma definição, a partir de diferentes visões, propõe uma definição ampla de agência para o escopo dos estudos antropológicos, “a capacidade socioculturalmente mediada de agir” (p. 112). Essa noção salienta que toda ação é mediada pela sociedade e pela cultura, tanto em sua produção, quanto em sua interpretação.

Duranti (2004), no escopo dos estudos sobre linguagem, destaca os estudos de Ahearn (199, 2001) e articula a noção de agência dos estudos de linguagem, baseadas no uso da linguagem e em sua estrutura, com definições da sociologia pós-estruturalista, que tentaram definir uma teoria de ação social que procuraria reconhecer o papel dos atores sociais (agentes) na produção e reprodução dos sistemas sociais⁵. Para o autor, qualquer ato de comunicação envolve algum tipo de agência, independentemente das intenções do falante e da colaboração da audiência. Assim, Duranti (2004) propõe a seguinte definição para agência:

“Agência é aqui compreendida como a propriedade de entidades que (i) possuem algum grau de controle sobre seu próprio comportamento, (ii) cujas ações no

⁵ O autor cita os trabalhos de Giddens 1979, 1984; e Bordieu 1977, 1990, 2000.

mundo afetam outras entidades (e por vezes elas próprias), e (iii) cujas ações são objeto de avaliação (em termos de responsabilidade por um dado resultado)”⁶ (p. 453).

Para o autor, a primeira propriedade (i) está próxima da noção de intencionalidade proposta em muitas definições de agência (mas não é idêntica). Esta noção refere-se ao fato de se correlacionar a ideia de intencionalidade a um planejamento consciente, o que, segundo o autor, excluiria as instituições da discussão de agência, já que, mesmo não possuindo consciência, as instituições têm o poder de exercer efeitos sobre elas mesmas e sobre outras entidades (outras instituições, indivíduos, ambientes etc.).

Duranti (2004) argumenta que as três propriedades estão interconectadas: a noção de controle sobre as ações (i) está relacionada à noção de poder implícita na segunda propriedade (ii) e à de avaliação (iii) da terceira propriedade. A concepção de agentes, como entidades que podem afetar a si mesmos e a outros, é um dos aspectos cruciais para a definição de agência. A variação das ações (que podem ser realizadas pela vontade do agente) e de seus objetivos, é responsável pelo grau de agência atribuído a uma entidade e pelo tipo de avaliação que recebem.

A avaliação é importante para a construção da agência, já que ela está relacionada não apenas à moral, mas também à performance (Duranti, 2004). A avaliação é realizada através: (a) da acumulação de conhecimento, quando o que é dito por alguém contribui para a apresentação e realização do self do falante; (b) das fontes de conhecimento, quando o que é dito contribui para a constituição de atos e atividades relacionados à cultura; e (c) da exposição habilidosa de conhecimento, quando o que é dito demonstra conhecimento (competência), as fontes de tal conhecimento (evidencialidade, modalidade), fins específicos (incluindo objetivos estéticos) (Duranti, 2004, p. 456).

Duranti (2004) argumenta que a agência deve ser observada na (e através) da linguagem, em oposição à concepção de agência da linguagem, que pressupõe uma reificação da linguagem como um agente com seus objetivos e vontade própria. Assim, de acordo com o autor, há duas dimensões básicas para a agência

⁶ “(1) Agency is here understood as the property of those entities (i) that have some degree of control over their own behavior, (ii) whose actions in the world affect other entities’ (and sometimes their own), and (iii) whose actions are the object of evaluation (e.g. in terms of their responsibility for a given outcome).”

em linguagem: performance e codificação. Ambas são mutuamente constitutivas: a performance depende e afeta simultaneamente a codificação, isto é, o modo como a ação humana é representada por meios linguísticos. Tratarei, neste momento, da codificação, deixando a análise da performance para a última parte deste capítulo.

Sobre a codificação da agência na linguagem, Duranti (2004) diz ser possível fazer as seguintes generalizações:

(a) todas as línguas possuem formas de representar agência, isso se refere à centralidade da agência na linguagem;

(b) assim como há variações entre diferentes línguas, é possível encontrar variações no modo de representar a agência dentro de uma mesma língua, que diz respeito à diversidade da codificação da agência;

(c) todas as línguas possuem modos de atenuar algumas propriedades da agência através de diferentes estratégias discursivas, que remete à mitigação da agência.

Como a codificação trata da ação humana representada na linguagem, através de dispositivos gramaticais e discursivos (onde a transitividade possui destaque, pela codificação do agente), esta dimensão serve também a funções performativas, de diferentes modos e em diferentes graus.

3.4.3.1.

Noções de performance e a agência como *ser* e como *fazer*

Antes de tratar da performance como uma das dimensões da agência (Duranti, 2004), apresentarei outras noções de performance, relacionadas aos estudos de narrativas e que apresentam contribuições para este estudo.

Pensando a narrativa como performance, Langellier (2001) aponta que o contrato entre o narrador e sua audiência estabelece uma performance que é ao mesmo tempo um ‘fazer’ e uma representação desse ‘fazer’.

A narrativa como ato, ou um fazer, relaciona-se à sua própria natureza, isto é, a como a narrativa constrói a realidade e identidades, transformando-se em um lugar onde o social articula-se, estrutura-se, e move-se sobre a realidade. Como propõe a autora, o narrador privilegia certos aspectos sobre outros, que

contribuem para as construções motivadamente situadas, durante o evento narrativo.

A narrativa como representação do fazer se refere à intensificação da experiência, como a narrativa é levada além do seu conteúdo referencial. Essa intensificação da experiência mostra uma ruptura entre o evento narrado e o evento narrativo, onde o narrador transforma a experiência (o evento narrado) na experiência da audiência (o evento narrativo). São utilizados diferentes recursos para a performance narrativa: recursos estilísticos, detalhes, gestos, apelos a audiência, paralelismos etc.

Bauman (1986) compreende que a performance intensifica a experiência e também pode ser entendida como uma representação da função poética (Jackobson, 2007), valorizando a elaboração narrativa. Para o autor, a performance pode ser entendida como:

Um modo de comunicação, uma forma de falar, a essência na qual reside a suposição da responsabilidade com uma audiência para a exposição da habilidade comunicativa, destacando o modo como a comunicação é executada, além de seu conteúdo referencial⁷ (Bauman, 1986: 3).

As noções de performance apresentadas correlacionam-se aos estudos sobre narrativas, isto é, ao modo como os narradores se engajam no processo narrativo. No entanto, há outra noção de performance importante para a análise das construções identitárias nas narrativas, por se tratar da forma como a agência é representada na linguagem e pela linguagem. Essa noção refere-se a uma das dimensões básicas para a agência na linguagem.

Duranti (2004) defende a noção de inevitabilidade da agência na linguagem humana tanto no nível gramatical (codificação), como já observamos, como no nível existencial (*ego-affirming*) e no nível performático (*act-constituting*). O autor traz, assim, a noção da linguagem como ‘ser’ e como ‘fazer’. A linguagem como ‘ser’ procura ir além da noção de linguagem na Teoria dos Atos de Fala, que remete ao ‘fazer’ através dos verbos performativos (Austin, 1962; Searle, 1965; Grice, 1982). Duranti (2004) aponta que a linguagem já realiza algo em ‘ser’.

⁷ a mode of communication, a way of speaking, the essence of which resides in the assumption of responsibility to an audience for a display of communicative skill, highlighting the way in which communication is carried out, above and beyond its referential content.

Como faculdade humana, a linguagem ultrapassa os significados das palavras e das ações, isto é, a linguagem expressa, antes de qualquer outra coisa, a existência humana. Esta noção possibilita a noção de agência como ‘*self*’- ou ‘*ego-affirming*’, como auto-afirmação. É a linguagem *per se* e usar a linguagem já implica, mesmo que não se entenda o que foi dito, no reconhecimento da existência daquele falante ou de quem a linguagem está endereçada, por exemplo, cumprimentar alguém é um tipo de reconhecimento de agência do ‘ser’, isto é, da existência do outro. Assim, a agência como ‘ser’ remete à noção de que aquela entidade possui outras qualidades humanas capazes de afetar a si a aos outros. Como acrescenta o autor, “a mera existência humana, ou melhor, a presença humana é algo que deve ser considerado pelos outros e, portanto, implica no poder de afetar outros” (p. 455).

A linguagem como fazer (*act-constituting*) é o tipo de agência mais conhecido e estudado e diz respeito a noções ampliadas da Teoria dos Atos de Fala (“as palavras sempre fazem algo”). O autor compreende que há outros tipos de ações que são realizadas pela linguagem e que não são contempladas pelos verbos performativos, como, por exemplo, recursos indexicais que permitem pressuposições (pronúncia, uso de expressões linguísticas), e permitem inferências sobre uma conexão existente entre o falante e um lugar em particular; uso de um título em particular (doutor, professor), que pode permitir pressuposições sobre o status do endereçado em relação a uma profissão em particular. Outras vezes, de acordo com o autor, expressões indexicais colaboram para a construção de identidades, por exemplo, quando alguém exagera um sotaque para ser aceito por um determinado grupo social.

As noções de performance narrativa (Bauman, 1986; Langellier, 2001) contribuem para a percepção da agência através da elaboração das narrativas analisadas neste estudo. Além da performance narrativa, compreender a agência como ‘ser’ e como ‘fazer’, e como a agência é codificada na linguagem (Duranti, 2004), colaborará para a análise de certas projeções e construções identitárias nas narrativas das agentes e dos moradores de Vila Rosário, assim como para compreender a escolha e o acionamento das narrativas nos contextos em que se inserem.

Neste sentido, a narrativa, como espaço de trabalho de identidades, para este estudo, focará as relações entre as projeções que emergem nas narrativas das

agentes e dos moradores, através da análise de referentes como indexais às identidades do *eu* e do *outro*, remetendo a processos de categorização, e da análise da agência, em suas relações entre ‘fazer’ e ‘ser’.